

Grupo de Trabalho de Governança Interfederativa - Interfederativa - PDUI RMSP

Data: 13 de Julho de 2016

Ver lista de Presença

Pauta: Apresentação da Estrutura de dados a ser coletados sobre a estrutura institucional existente, nas diferentes Funções Públicas de Interesse Comum - FPIC

Carolina, da PMSP, apresenta a estrutura padrão estudada por um pequeno grupo a ser submetida ao grupo maior. Deu ênfase à apresentação da Administração Indireta e Conselhos Municipais.

Chucre (Emplasa) intervém para dizer que a tabela está muito grande e até muito legalista. Colocar apenas 5 ou 6 colunas realmente importantes, resolveria: ex.Territorio, FPICs

Carolina diz que é exatamente o que se deseja na reunião de hoje, definir esse quadro. Na sequencia da exposição sobre a estrutura dos Conselhos, faz a exposição sobre os Fundos.

Finalizada a exposição, Chucre e Joaquim (PMSP) fazem intervenção. Joaquim fala que as planilhas devem partir das FPICs. Carolina esclarece que já foi feito assim. Vamos discutir como vamos trabalhar.

As tarefas estão divididas. Entretanto, precisamos definir o escopo. Em relação às estruturas municipais, não temos gestão, mas ela está em uma rede de decisão. Carlos (CIOESTE) fala que essa situação é bastante mutável. Órgãos são extintos e novos são criados. Se pensamos em um banco de dados, precisamos pensar em monitoramento. Chucre lembra que temos um grupo de monitoramento. Esse assunto pode ir para lá.

Precisamos nos ater sobre onde a empresa está operando independentemente das atribuições legais. Carolina sugere colocar um campo na de análise, sobre atualidade dessa função. A questão é como chegarmos às análises. As FPICs são o primeiro filtro. O segundo é o território de atuação: municipal, metropolitano, estadual, não importa. Vinculação e subordinação hierárquica, sim, importa. Fundos, sim, é informação relevante. Chucre disse que tem a informação de que há um levantamento de toda a aplicação na RMSP dos Fundos. Continuaremos a preencher tudo isso para termos um mapa e depois fazemos os filtros.

Carolina fala que existem algumas perguntas que são fundamentais e devemos nos ater ao que mais interessa. Chucre exemplifica o transporte. Nessa FPIC identifica-se todos os órgãos que têm competência sobre ela. Metrô se articula com quem? Devemos enxergar isso no território. Depois de analisarmos essas entidades, como devemos analisar as prioridades do investimento. Quem controla isso?

Carolina diz que na tese de Chucre devemos fazer o filtro por FPIC. Antes temos que terminar de preencher todas as entidades.

Carlos diz que esses dados devem mesmo ser coletados, mas a discussão de conteúdo fica para outro momento. Vamos fazer uma análise prévia e depois, repensamos.

Chucré fala que temos 3 ou 4 níveis até chegarmos no produto, vamos melhorando. Quando falamos das entidades municipais, por exemplo, tem mais a ver com articulação e não governança. Fazemos um quadro síntese por FPIC. Identifica-se cada situação por FPIC. Chucré lembra que estamos fazendo um mapa, mas tem muita coisa que conseguimos resolver sem o modelo de governança. Tomamos decisões e podemos torná-la operacional.

Hamilton(Consórcio do Grande ABC) acha que devemos fazer o exercício, mas isso está sendo feito pelos GTs? Macrozoneamento, por exemplo, nenhuma entidade (empresa pública) está cuidando disso. O PDUI está construindo esse caminho. Qual seria o espaço para se fazer isso? O Conselho de Desenvolvimento Metropolitano? Não adianta puxar a corda com apenas algumas empresas públicas, pois o jogo é pesado e daí não se constrói. O maior espaço de governança é aquele que vai orquestrar as demais governanças.

Joaquim fala dos órgãos de transporte, por exemplo, quando se fizer cruzamento de competência, vamos ver quais são os problemas. Essa é uma dinâmica que deve ser analisada.

Chucré pergunta "onde queremos chegar". Ao final do mês de agosto, temos que identificar os conflitos e levar aos anéis superiores. Esse banco de dados deve dar respostas a isso.

Hamilton insiste que devemos ver os nós existentes e poderíamos remeter essa planilha aos GTs específicos. Chucré pergunta se conseguiremos mobilizar os GTs a partir de agora? Joaquim acha que é obrigatório fazer essa mobilização.

Carolina fala que para essa convocação ter seu apoio, é preciso que haja um plano de trabalho para os GTs . Tudo deve passar pela Comissão Técnica e Comitê Executivo. Devemos ter maior organicidade dos grupos para reativar os GTs e temos que ter uma avaliação desses produtos. Temos que concatenar essas agendas.

Nas reuniões anteriores, disse Chucré, falamos que os coordenadores dos grupos deverão apresentar as propostas que estão consolidado em fichas, o que entrou de proposta nova? Isto deve estar pronto e pode ser mandado para a Comissão Técnica. Montar o caderno preliminar de propostas minimamente articulado. Essa foi a demanda que Chucré fez aos coordenadores. Além desse trabalho especificado, devemos transferir a estruturação do quadro por FPIC aos Grupos de Trabalho. Carolina insiste que só vamos chamar os GTs depois de ter pronto um Plano de Trabalho. Chucré diz que esse é o trabalho da coordenação.

Joaquim comenta que ainda há muito o que fazer nos Grupos. Chucré diz que a coordenação deve fazer o plano de trabalho e depois os GTs serão convocados, sob demanda.

Podemos fazer a reunião da coordenação na sequência dessa reunião. Hamilton lembra que a sua proposta era discutir apenas dois pontos: governança e financiamento.

Carlos diz que quer fazer uma análise jurídica sobre estatuto da metrópole .

Carolina retoma a apresentação sobre os modelos de governança apresentados na semana passada. Fez um comparativo entre a proposta apresentada PMSP e a apresentada pelo Consórcio do Grande ABC. Para determinadas questões, seria necessário um fórum maior e para outras, não. O Comitê Executivo tem poder e é sobrevalente a uma entidade direta que teria esse papel. O Comitê Executivo não deveria ser o corpo diretivo da agência a ser

proposta? Ela não é autarquia. Nos Consórcios, diz Carlos, a assembleia é formada pelos prefeitos e isso gera alguma dificuldade pela impossibilidade de reunir os prefeitos em determinadas situações. Nesse sentido, o Conselho funciona bem, não pode ser uma autarquia. Apenas a agência poderia ser. O Comitê Executivo é, na verdade, o órgão que toma decisão e determina que alguém a execute. O Comitê Executivo tem a característica de instância. Carlos diz que tudo isso deve passar por leis municipais e estaduais.

Chucré faz comentários gerais e diz que a Emplasa ainda não pode se posicionar. O que estamos falando? Instância decisória de prefeitos e governadores? Conselho de Desenvolvimento Região Metropolitana de São Paulo - CDRMSP. O Comitê Consultivo ficaria vinculado a quem? (ver o slide apresentado por Carolina).

O Comitê Executivo seria formado por Secretários para haver tomada de decisão, diz Hamilton. Precisamos gerar informação articulando e acompanhando resultados. A sociedade civil é deliberativa no processo de elaboração do PDUI e depois, consultiva.

Joaquim fala sobre a sociedade civil que precisa ter uma visão estratégica, decidir entre essas ou aquelas aplicações. Todos discordam dessa posição. O Poder Público tem responsabilidades que são indelegáveis. Carlos diz que o Comitê Executivo deva ser constituído por prefeitos, em um grupo menor. Suas decisões serão levadas ao Conselho. Por serem seus pares, o efeito é outro. Chucré diz que tem uma preocupação. O Conselho é o fórum político que tem poder de decisão. Secretário é quem lida com as questões práticas.

Hamilton diz que é uma visão prática, mas chama a experiência de 26 anos do Consórcio do Grande ABC. Deve-se "empoderar" a estrutura, mas não se "empodera" simplesmente dando poder. A estrutura precisa ter condição de implementar as medidas. Chucré lembrou sobre o último CDRMSP. Foram pouquíssimos prefeitos. É mais complicado mobilizar prefeitos.

Planilha ou Plano de Trabalho deve ser feito e enviado aos GTs.